

Uma tradução de *Décoloniser l'esprit* de Ngugi wa Thiong'o

Yéo N'gana*

RESUMO: Este artigo objetiva, além de traduzir para o português, fazer uma longa contextualização de *Décoloniser l'esprit*, um depoimento concedido a *Le Monde Diplomatique* pelo professor e crítico literário queniano Ngugi wa Thiong'o. No depoimento, Ngugi critica veementemente a classe política africana destacando a necessidade de se repensar novas políticas, novas atitudes perante as línguas africanas para, a partir disso, se pensar um desenvolvimento real do continente. Pudemos, a partir dos trabalhos de Antunes (2018) e Omari (1985), perceber como as implicações políticas constituem um entrave real ao ideal ngugiano, legitimando, de alguma maneira, as críticas tecidas neste depoimento.

Palavras-chave: Ngugi wa Thiong'o; autotradução; línguas africanas; descolonização.

ABSTRACT: This article aims, beyond translating into Brazilian Portuguese, to presenting an extent contextualization of *Décoloniser l'esprit*, an interview by Kenyan professor and literary critic Ngugi wa Thiong'o to *Le Monde Diplomatique* wherein he harshly criticized the African political class emphasizing the need to rethinking new policies, new attitudes towards African languages so as to think a real development of the continent. We could perceive based on Antunes (2018) and Omari's (1985) works how political interferences represent a real hindrance to Ngugi's ideal legitimizing somewhat the criticism encountered in the interview.

Keywords: Ngugi wa Thiong'o; self-translation; African languages; decolonization.

Language as culture is the collective memory bank of a people's experience in history.

Ngugi wa Thiong'o

1. Introdução

Em 1986, Ngugi wa Thiong'o publicava seu livro *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*, exatamente oito anos depois do *Orientalism* (1978) de Edward Saïd. Enquanto Saïd procurava apresentar o Oriente como uma invenção do Ocidente, Ngugi wa Thiong'o costurava reflexões sobre as línguas das literaturas africanas. Segundo ele, o que é comumente referido como "literatura africana", isto é, as produções francófonas,

*Possui graduação em Letras (Português) e Mestrado em Letras (Sociolinguística) pela Universidade Félix Houphouët Boigny (UFHB).

anglófonas e lusófonas principalmente, não passam de uma *literatura africana eurófona*¹. As literaturas africanas, no seu entender, seriam aquelas escritas por africanos em línguas africanas. Romancista, ativista e eminente teórico no campo da literatura pós-colonial, Ngugi wa Thiong'o nasceu em 1938, em Kamiriithu, numa família numerosa de camponeses kikuyu no Quênia. Fez o ensino básico em Kamandura, Manguu e Kinyogori onde apreendeu a ler e escrever na sua língua materna, o kikuyu, e só teve contato com o inglês no ensino médio, na Alliance High School. Concluiu a faculdade na Makerere University College e é atualmente professor de Inglês e de Literatura Comparada na University of California em Irvine, nos Estados Unidos. Possui cerca de 10 títulos de Doutor *Honoris Causa*. Embora as análises do autor não se refiram diretamente ao Brasil, ainda assim, o texto apresenta algumas semelhanças no que tange às lutas e aos debates calorosos a respeito das línguas nacionais² na América Latina como um todo. Este depoimento nos leva – ainda que caminhando insuladamente nas entrelinhas do texto – a pensarmos também nas teorias que usamos para analisar nossas literaturas e nossa postura quanto à tradução e ao transporte das mesmas no cenário global. Entre outras obras escritas por Ngugi wa Thiong'o, estão alguns romances: *Weep Not, Child* (1965), traduzido para o francês por *Enfant ne pleure pas* [Filho não chora], em 1984; *The River Between* (1965); *A Grain of Wheat* (1966), traduzido para o francês por *Et le blé jaillira* [O milho brotará], em 1969; *Secret Lives* (1975); *Petals of Blood* (1977), traduzido para o francês por *Pétales de sang* [Pétalas de sangue], em 1985. O autor também escreveu ensaios como *Homecoming* (1972); *Detained* (1981); *Barrel of a Pen: Resistance to Repression in Neo-Colonial Kenya* (1983); *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature* (1986); *Globalectics: Theory and the Politics of Knowing* (2014); *In the Name of the Mother: Reflections on Writers and Empire* (2013); *Secure the Base: Making Africa Visible in the Globe* (2016), *Birth of a Dream Weaver: A Writer's Awakening* (2016).

O objetivo deste trabalho é, portanto, fazer uma longa contextualização de um depoimento intitulado *Décoloniser l'esprit* (1987) que Ngugi wa Thiong'o concedeu ao jornal francês *Le Monde Diplomatique*. O autor critica veementemente a classe política africana insistindo na necessidade de se repensar novas políticas, novas atitudes perante as línguas africanas para, a partir disso, se pensar um desenvolvimento real do continente. Para isso, o trabalho se estrutura da seguinte forma: a primeira parte traz alguns autores cujas visões confluem em direção ao posicionamento do Ngugi; a segunda parte é o depoimento em si traduzido para o português brasileiro; e, em última instância, tecemos algumas considerações.

2. Do discurso à prática: con-fluências

Em entrevistas de jornais e em programas de televisão não é incomum escutar e ver Ngugi falando da sua prisão devido ao fato de ter escrito em língua Kikuyu. O que está por trás desse ato altamente político é a questão da disseminação de um certo imaginário. Na sua concepção, escrever em Kikuyu era dirigir-se ao povão. Como ele, Omari Cuthbert, em um trabalho anterior, publicado em *Présence Africaine*, sobre o desenvolvimento de uma sociologia da literatura em Kiswahili, na Tanzânia³, vai listar cinco razões⁴ evocadas pelos críticos e/ou escritores que, como Wa Thiong'o, corroboram a necessidade de se escrever em línguas africanas: 1) *o inglês e o francês são línguas do imperialismo e da colonização* que devem ser abandonadas se quisermos nos comprometer num processo de emancipação

¹ Cf N'GANA, Yéo. 'Entrevista com Ngũgĩ Wa Thiong'o.' *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 261-268, jan. 2018.

² Por línguas nacionais, referimo-nos às línguas tupi, guarani, nheengatu, hunsrückisch, uchinaaguchi entre outras, a igual valor que o português, o espanhol, o alemão, o francês, o italiano desde que parte da nação, delas, tirar sua substância.

³ OMARI, Cuthbert K. 'Writing in African Languages: Towards The Development of A Sociology of Literature'. *Présence Africaine*. Nouvelle série, no. 133/134, 1985, p. 19-27.

⁴ Ibid.

verdadeira. Escrever nessas línguas é apoiar os imperialistas e colonialistas na exploração e opressão das massas; 2) *escrever em línguas africanas é direcionar esses trabalhos para as massas que não entendem as línguas estrangeiras*. Desde que muitos dos trabalhos escritos em inglês ou francês são direcionados a certas classes – por exemplo, as elites vivendo no país ou no estrangeiro – os autores não estão realmente atuando para seus próprios povos; 3) *o uso de nossas línguas dá aos autores uma grande vantagem de poder expressar o contexto cultural daquilo sobre o qual estão escrevendo*. São também capacitados para coletar, preservar e transmitir materiais relacionados às culturas e filosofias africanas para as gerações presentes e futuras. Desta forma, a cultura local será preservada para o consumo local e a relação entre escritor e massas se reforçará mais; 4) *escrever nas línguas africanas é uma maneira para os escritores compartilharem o conhecimento moderno que adquiriram através da assistência dos camponeses e operários em diversas instâncias*. A sociedade fornece saberes novos através das habilidades (de capacitações e gestão) inscritas no imo dessas línguas. Usá-las é participar do fortalecimento da ponte entre gerações; 5) *escrever nas nossas línguas contribui para o desenvolvimento das mesmas*⁵. Ambos o francês e o inglês se desenvolveram e estão sendo amplamente usados em África porque trabalhos em disciplinas variadas foram escritos neles. Defendeu-se, pois, que aqueles que se resolvem a escrever em línguas africanas visam a promoção, o desenvolvimento e a sustentabilidade delas e, por conseguinte, contribuem com o processo de descolonização que ainda tem um longo caminho para trilhar. Trabalhos como esses poderiam contribuir para o processo de libertação individual e societal que constitui, em si, um “dever” se quisermos produzir uma mudança/desenvolvimento social entre as massas (1985, p. 20-21).

Segundo Omari, os escritores escrevem para transmitir uma mensagem específica para um grupo social específico, fazendo com que, para fins de propaganda, as editoras geralmente peçam ao escritor para especificar o seu público alvo. Noutros termos, quando produzidos em línguas europeias, esses trabalhos tornam-se excludentes e se dirigem apenas às elites do país e podem, portanto, ser usados para oprimir e explorar as massas (p. 22). No entender de Omari, a produção em línguas africanas objetiva abrir a mente das massas e com isso contribuir para uma intercompreensão rumo a uma participação coletiva no desenvolvimento social. Convidado em 1976, na qualidade de escritor-dramaturgo, para participar de projetos do *Kamiriithu Community Education and Culture Centre*, Ngugi fez operários e camponeses encenarem sua peça *I Will Marry When I Want*, na qual critica severamente as derivações da administração e a miséria social da população queniana. O envolvimento da população⁶ neste projeto de performance teatral tornou Ngugi uma ameaça para o governo de Nairobi que não perdeu a oportunidade de trancafiá-lo em um estabelecimento penitenciário de segurança máxima (ANTUNES, 2018). Daí para frente, Ngugi Wa Thiong’o decidiu escrever em língua kikuyu, produzindo na cadeia *Caitani Mutharabaini* (1980). A escolha da língua kikuyu em particular, idioma do autor, passou a ser visto como um ato de tribalismo, sendo que invisibilizava consciente ou inconscientemente outros idiomas como o kamba, luo, kalenjin, maasai e kisii.

⁵ A mesma postura se observa em Meleduman, personagem principal de *La carte d’identité* (1980), do escritor filósofo e poeta marfinense Jean-Marie Adiaffi. De fato, em discussão sobre a importância das línguas maternas e, em particular, sobre a pertinência desses idiomas serem falados no ambiente escolar, feito ao qual o senhor Adé, docente da escola primária de Bettié era completamente contrário, Meleduman responde: “*Nenhuma língua nasce rica, o uso é que a enriquece. (...) Ao enterrarmos nossas línguas, no mesmo caixão, enterraremos para sempre os nossos valores culturais de tão profundo que, não tendo escrita, a língua permanece o único arquivo. A pá, que nos servirá para atirar a última pedra no túmulo de nossas línguas, colocará uma cruz sobre nossos valores. E isso será uma perda inestimável*” (1980, p. 107-108; minha tradução).

⁶ Esta já vinha desempenhando um papel crucial na resistência anti-colonial dos anos 50: a chamada luta dos *Mau-Mau*.

A tradução não escapa desses grandes dilemas relativos à escolha da língua, do público alvo e do que pode ou não ser traduzido. O fato de Ngugi ter, mais tarde, se autotraduzido para o inglês intrigou parte da crítica. Pois, dois anos após ser publicado em língua kikuyu, *Caitani Mutharabaini* foi traduzido para o inglês. Quando o autor-tradutor foi para a Grã Bretanha lançar e promover a tradução *Devil on the Cross* (1982), recebeu a notícia de que o regime *Moi* projetava eliminá-lo à sua volta ao Quênia. Resolveu exilar-se primeiro na Inglaterra e depois nos Estados Unidos, onde escrever em kikuyu já não possui a mesma pertinência. E como vínhamos apontando em outro trabalho⁷, a necessidade de sobrevivência e o desejo de visibilidade podem alterar não só a escrita como podem também incidir na tradução, uma vez que esta última já se (con)funde com a primeira. Forçado ao exílio (1978-2002), com sua produção proibida (1986-1996) no país de origem, Ngugi via, na altura, o fim de seus projetos educacionais (ANTUNES, 2018, p. 135). Todas as suas obras em kikuyu e em inglês foram tanto retiradas das livrarias como removidas da rede de ensino por conterem críticas sobre as desigualdades sociais do país. No exílio, traduzir passou a ser para ele um ato de (r)existência. Doravante, suas obras são escritas em kikuyu e, em seguida, autotraduzidas para o inglês com a menção “*translated by the author*”. Segundo o autor, a referência à tradução faz o leitor saber da existência de um original em outra língua (*ibid*). Antunes acredita que a autotradução faz parte do projeto ngugiano de tornar o kikuyu uma língua de literatura.⁸ Os editores de *Post-colonial Translation: Theory and Practice* (1999), Susan Bassnett e Harish Trivedi, também dão ênfase nessa função da tradução logo na segunda página da introdução do livro:

a tradução não ocorre num vácuo, mas numa sequência contínua; não é um ato isolado, faz parte de um processo de transferência cultural em andamento. Ademais, a tradução é uma atividade altamente manipuladora que implica todo tipo de momentos no processo de transmissão para além dos limites linguísticos e culturais. A tradução não é uma atividade inocente e transparente, mas carrega, a cada momento, uma alta carga de significância; ela envolve raramente, se tanto é que acontece, uma relação equânime entre textos, autores e sistemas⁹ (BASSNETT; TRIVEDI, 1999, p. 2; minha tradução).

Analisando bem o caso ngugiano, seu reconhecimento não se deu forçosamente pelo caráter martirizante da sua trajetória de vida, senão pelo seu movimento em direção ao centro. Se não é novidade que a escrita sempre tem se apresentado como “civilizatória”, aniquilando formas e mecanismos de memorização e de transmissão inerentes à oralidade, ela imobiliza também, defende Bruna Franchetto¹⁰ (2012), pois o movimento das versões, do dizer, cristaliza palavras e construções. Este entendimento dá à tradução no seu exercício de subversão – quando menos, no caso de escritores africanos do período pós-independência – enquanto (re)escrita a serviço do resgate, aqui, numa língua inglesa que nem sempre possui os

⁷ N’GANA, Y. “Calços e percalços na área de Babel: esboço de uma antropologia da textualidade”. *Translatio*. Porto Alegre, n. 13, Junho de 2017 [Tradução e Diásporas Negras].

⁸ Retomando aqui as razões evocadas por Omari, Ngugi quer provar ao mundo que a língua kikuyu e, conseqüentemente, as línguas africanas também são línguas com as/nas quais é possível produzir literatura.

⁹ “translation does not happen in a vacuum, but in a continuum; it is not an isolated act, it is part of an ongoing process of intercultural transfer. Moreover, translation is a highly manipulative activity that involves all kinds of stages in that process of transfer across linguistic and cultural boundaries. Translation is not an innocent, transparent activity but is highly charged with significance at every stage; it rarely, if ever, involves a relationship of equality between texts, authors or systems.” p. 2. Cf. (BASSNETT, Susan & TRIVEDI, Harish. (Eds.) *Post-colonial Translation: Theory and Practice*. London and New York: Routledge, 1999).

¹⁰ FRANCHETTO, Bruna. ‘Línguas ameríndias: modos e caminhos da tradução’. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 2, n. 30, p. 35-62, out. 2012.

sous-entendus do Kikuyu, uma missão clara de “trans-formar”. Um dos pontos levantados por Bruna Franchetto que pensamos fundamentais é uma certa apreensão que desqualificaria a tradução das literaturas ameríndias. Noutras palavras, a tradução, na prática atual, careceria do cuidado e da sofisticação dos quais se beneficia a tradução literária ou científica, quando relacionada às línguas/literaturas ameríndias e, acrescentamos, africanas. A autotradução está, tacitamente, sendo considerada mais ética quando abençoada nas primeiras páginas pela menção “*traduzido pelo autor*”.

Como Ngugi, Jean-Marie Adiaffi também defendia ferrenhamente – pelo menos nas suas escritas – a introdução das línguas nacionais/locais na produção literária. Segundo pensava, se tratarmos nossas línguas como meros dialetos, assinamos, do mesmo gesto, sua condenação à morte. O que significa que o transporte dessas obras com marcas identitárias e ideológicas tão fortes e evidentes merece uma atenção particular. Por isso, Bouchra Benlemlih citada por Allen Hibbard (2018), explica que

A tradução se encontra, portanto, no cerne da condição póscolonial. Ela revela relações hierárquicas de poder e refrações de sentidos impostas pelas confrontações de diferentes línguas e culturas. Ela também produz línguas híbridas ‘entre’, línguas fora dos velhos impasses que continuam viajando à procura do futuro nas metáforas do exílio, do trânsito e do movimento (BENLEMLIH, *apud* HIBBARD, 2018, p. 27; minha tradução)¹¹.

Para esses escritores-ativistas, não existe mais uma sombra de dúvida sobre a relevância de se utilizar o idioma local como fonte inesgotável de sabedoria e renovação textual. O próximo passo é o tratamento desse conhecimento. Como trazê-lo à baila num cenário maior? Se, à exceção da Tanzânia, que possui mais de 20 milhões de locutores do idioma kiswahili, possibilitando, assim, segundo Omari Cuthbert, a produção de uma literatura kiswahili; para vários outros escritores de outras regiões e/ou partes do continente, parecido percurso continua utópico, pelo menos na presente conjuntura. Outrossim, os problemas de leitorado¹² para ditas produções, a disseminação dos ideais que elas carregam, o reconhecimento e a sobrevivência de seus autores pela prática da escrita como única fonte de renda, constituem questões fundamentais que ainda permeiam o debate.

Para o professor Paul Bandia da Concordia University, as literaturas pós-coloniais passaram a fazer parte da “Literatura Mundial” pelo viés da tradução. Em *Post-colonial Literatures and Translation* (2010), Paul Bandia defende que a tradução enquanto práxis, de uma língua global para outra, foi e continua fundamental para a disseminação de ditas literaturas. O pesquisador se baseia no trabalho da Gayatri Spivak para apontar para as relações assimétricas de poder nesse processo, louvável à primeira vista, de transporte das literaturas do “Terceiro Mundo” para as línguas hegemônicas. A desproporção nas relações de poder dá sobrevivência ao velho espectro da colonização e pode nos levar – se já não é o caso – a uma prática colonizadora da tradução¹³. Em semelhante prática, as literaturas ditas minoritárias são submetidas às “normas das línguas majoritárias” e/ou hegemônicas, ao

¹¹ “Translation, therefore, lies at the heart of the postcolonial condition. It reveals hierarchical power relations and the refractions of meaning imposed by the confrontations of different languages and cultures. Also, it produces hybrid ‘in-between’ languages, languages out of the old dead ends which travel incessantly in search of the future in the metaphors of exile, transit and movement.”, p. 27. Cf (HIBBARD, Allen. ‘Paul Bowles: Translating from Tangier.’ *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 19-35, jan. 2018).

¹² Dependendo principalmente de ações políticas dos respectivos governos para a integração no currículo e a elaboração de manuais escolares.

¹³ *Ibid*, p. 266.

“padrão do centro”, buscando-se com isso minimizar, de forma sub-reptícia, as diferenças culturais, reduzir a presença do “marginalizado”¹⁴. O que faz Bandia dizer que

o encontro da literatura pós-colonial e da tradução reseta o botão de uma ética da tradução, levantando questões sobre a relação do escritor-tradutor com a língua, sobre quem traduz a literatura pós-colonial e para quem, sobre os editores e as políticas editoriais a respeito das literaturas das minorias escritas nas línguas majoritárias, sobre o lugar do poder e a relação entre centro e periferia, em última instância, sobre o ensino das literaturas pós-coloniais em tradução¹⁵ (BANDIA, 2010, p. 267-268; minha tradução).

Falar em ética da tradução, neste contexto específico, não implicaria e talvez importaria outra ética *vis-à-vis* dos idiomas envolvidos no ato de transferência?

3. Ngugi na revista *Le Monde Diplomatique*

Inicialmente publicado em 1987, um ano após o lançamento da obra *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature* (1986), conforme supramencionado na introdução, este artigo-depoimento continua tão fundamental e transcontinental visto os debates em torno das questões identitárias, linguísticas e de descolonização. Por sua leitura perspicaz, o autor abre brechas para outros debates não menos relevantes e que perpassam a fronteira queniana. Faz jus, portanto, agradecer ao jornal *Le Monde Diplomatique*¹⁶, que nos concedeu, sem demora, a autorização de traduzir e publicar o seguinte artigo

Tradução

A questão é a seguinte: enquanto escritores africanos, nós sempre nos levantamos contra as relações econômicas e políticas do tipo neocolonial com a Europa e a América. Bem. Mas, ao continuar escrevendo nas línguas estrangeiras, homenageando-as assim, não estamos perpetuando em nível cultural este espírito neocolonial, abjeto e servil? Qual é a diferença entre um político proclamando que a África não tem como se passar do imperialismo, e um escritor proclamando que a África não pode passar-se das línguas europeias?

Ao passo que brigávamos nos círculos próximos do poder numa língua que excluía *illico* do debate o campesinato e a classe operária, a cultura imperialista e as forças reacionárias africanas tiveram o caminho livre. A Bíblia está disponível, em número ilimitado, em qualquer língua africana. As facções compradoras no poder ficam igualmente extasiadas em ter o campesinato e a classe operária para si; as distorções, os decretos autocráticos, os

¹⁴ Este tipo de tratamentos teórico-práticos – da e na tradução – dos demais saberes, espaços, línguas e literaturas é o que eu denomino de “necrotradução”. Se não prestarmos atenção, estaremos, cedo ou tarde, caminhando em direção à produção, em escala maior ou menor, de *necroliteraturas* das quais as futuras gerações jamais nos reabilitarão. Em trabalhos futuros, as duas noções de “necrotradução” e “necroliteratura” serão desenvolvidos, destacando suas manifestações, seus possíveis impactos e suas contribuições ao debate.

¹⁵ “The intersection of postcolonial literature and translation has reset the button of an ethics of translation, raising questions about the relation between writer-translator and language, about who translates postcolonial literature and for whom, about publishers and editorial policies regarding minority literatures written in major languages, about the location of power and the relation between centre and periphery, and ultimately about the teaching of post-colonial literatures in translation.” p. 267-268. Cf (BANDIA, Paul. ‘Post-colonial literatures and translation’. *Handbook of Translation Studies*. Yves Gambier e Luc van Doorslaer (Eds.) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, volume 1, 2010).

¹⁶ Publicado originalmente em francês, o texto fonte está disponível neste link: <<https://www.monde-diplomatique.fr/1987/08/A/40236>>.

fósseis de museus exibidos como cultura africana, as ideologias feudais, as superstições, as mentiras, todos esses elementos retrógrados, entre outros, são difundidos entre as massas africanas nas suas próprias línguas; sem nenhuma oposição por parte daqueles que possuem outra visão para o futuro, embrulhados num aconchegante casulo de inglês, de francês, de português. É picante constatar que o homem político africano mais reacionário, aquele que está prestes a vender a África à Europa, domina por vezes muito bem as línguas africanas; tal como outrora os mais zelosos dos missionários, que queriam salvar a África dela mesma, e notadamente de suas línguas pagãs, dominavam muito bem as línguas africanas, para as quais geralmente desenvolveram sistemas de transcrição. O missionário europeu acreditava demais na sua missão de conquista, para falhar em comunicá-la nas línguas acessíveis às populações; o escritor africano acredita em demasia na “literatura africana” para escrevê-la nessas línguas de camponeses, étnicas, fontes de divisões, subdesenvolvidas!

Por excesso de ironia, o que produziram, não importa o que digam, não é literatura africana. Os editores de uma recente coleção de manuais de literatura inglesa tiveram razão de incluir aqueles textos no seu último tomo, este tratava da literatura de língua inglesa no século 20; da mesma forma que a Academia Francesa teve razão de honrar Senghor pela sua contribuição real e talentosa à língua e à literatura francesas. O que criamos é uma tradição híbrida entre tantas outras, tradição de transição, tradição minoritária que podemos chamar “literatura afro-europeia”. Ela produziu vários autores e obras de um valor indiscutível: Chinua Achebe, Wole Soyinka, Ayi Kwei Armah, Sembène Ousmane, Agostinho¹⁷ Neto, Sédar Senghor entre outros. Quem negará os talentos deles? Os produtos de sua imaginação fecunda esclareceram certamente importantes aspectos do Ser africano, na sua luta contra as consequências políticas e econômicas do que aconteceu desde a conferência de Berlim¹⁸. Mas não nós iludamos! Suas escritas pertencem a uma tradição afro-europeia que durará provavelmente o que durará a dominação da África pelo capital europeu num contexto neocolonial. A literatura afro-europeia pode ser definida como a literatura escrita por Africanos em línguas europeias na época do imperialismo.

Mas alguns concordam com a inelutável conclusão que Obi Wali proclamava com tanto vigor polêmico, vinte anos atrás: a literatura africana só pode ser escrita nas línguas africanas, línguas do campesinato e da classe operária, que constituem para cada uma de nossas nacionalidades o principal instrumento de aliança de classe, o agente da vindoura ruptura revolucionária com o neocolonialismo.

Comecei a escrever em língua kikuyu em 1977, após ter participado durante 17 anos da literatura afro-europeia, afro-inglesa no meu caso. A partir daí colaborei com Ngugi wa Mirii para a redação da peça Ngaahika Ndeenda (o título da tradução inglesa é *I Will Marry When I Want*¹⁹. Publiquei, desde então, uma narrativa em kikuyu, Caitani Mutharabaini (tradução inglesa: *Devil on the Cross*)²⁰; e escrevi um drama musical, Maitu Njugira (*Mother Sing for Me*)²¹, três livros para crianças, Njamba Nene na Mbaathi i Mathagu, Bathitoora ya Njamba Nene, Njamba Nene na Cibu King’ang’i, e o manuscrito de outra narrativa, Matigari Ma Njiruungi. Em todo canto onde fui, sobretudo na Europa, tive de responder à pergunta: “Por que é que o senhor escreve agora em kikuyu?” Em alguns meios universitários, sofri críticas: “Por que o senhor nos abandonou?” É quase como se, ao escolher escrever em Kikuyu, eu fizesse algo anormal. Mas, o Kikuyu é minha língua materna! O que faria sentido

¹⁷ O texto-fonte apresenta um erro na grafia do nome, onde está escrito “Agostino”.

¹⁸ As informações fornecidas entre aspas em itálico nos rodapés deste depoimento podem ser conferidas no texto fonte. “A conferência de Berlim, em 1885, partilha a África entre a França, a Grã-Bretanha, o Portugal, a Alemanha e a Bélgica”.

¹⁹ Em francês: “Je me marierai quand je voudrai”. [Casarei quando eu quiser].

²⁰ “Le Diable sur la Croix”. [O Diabo na Cruz.]

²¹ “Ma mère chante pour moi”. [Minha mãe canta para mim].

na prática literária de outras culturas espanta no escritor africano, e isso demonstra até que ponto o imperialismo deturpou a visão das realidades africanas. A realidade foi colocada de cabeça para baixo: o anormal passa a ser normal e o normal passa por anormal. Na verdade, a África enriquece a Europa; mas faz-se crer a África é que precisa da Europa para salvá-la da miséria. Seus recursos naturais e humanos continuam contribuindo para o desenvolvimento da Europa e da América; mas convence-se a África que há de ser grata pela ajuda recebida daqueles que continuam esmagando o continente. Ela até produz intelectuais que justificam esta forma de ver a África do avesso.

Acredito que o fato de escrever em língua kikuyu, uma língua do Quênia, língua africana, participa integralmente das lutas anti-imperialistas dos povos africanos e quenianos. Nas escolas e universidades, nossas línguas quenianas, línguas das diversas nacionalidades que compõem o Quênia, foram associadas a atributos negativos: atraso, subdesenvolvimento, miséria. Nós que estudamos nesse sistema escolar, devíamos, em princípio, sair de lá com um ódio contra o povo, a cultura e os valores da língua pela qual sofremos bullying e humilhações cotidianas. Eu não quero ver as crianças do Quênia crescerem nesta tradição, imposta pelo imperialismo, menosprezando os instrumentos de comunicação forjados pelas suas comunidades e sua história. Quero que superem a alienação colonial.

A alienação colonial apresenta duas formas, ligadas entre si: distanciar-se ativamente (ou passivamente) da realidade ambiente, identificar-se ativamente (ou passivamente) com o que é suficientemente estrangeiro a essa realidade. Ela começa a dissociar deliberadamente a língua da conceitualização, da reflexão, da educação formal, do desenvolvimento mental e a língua das relações diárias dentro da família e da comunidade. É como se se separasse o corpo e o espírito, para que ocupem na mesma pessoa duas esferas linguísticas separadas. Em nível social, é como se se produzisse uma sociedade de cabeças sem corpos e de corpos sem cabeças.

Queria, portanto, contribuir para restaurar a harmonia entre todos os aspectos disjuntos da língua, devolver a criança queniana ao seu ambiente, afim que possa compreendê-lo plenamente para transformá-lo no interesse de todos. Queria que as línguas maternas dos povos do Quênia (nossas línguas nacionais!) produzissem uma literatura que reflita não apenas os ritmos da expressão oral da criança, mas também sua luta com a natureza e sua condição social. A partir dessa harmonia consigo mesmo, com sua língua e com seu ambiente, poderá aprender outras línguas e apreciar os elementos positivos, humanistas, democráticos e revolucionários das literaturas e culturas de outros povos, sem complexos em relação à sua própria língua, seu próprio eu, seu ambiente. A língua nacional do Quênia como um todo (o kiswahili), as outras línguas nacionais, aquelas das diversas nacionalidades do país como o luo, o kikuyu, o maasai, o luhya, o kalinjin, o kamba, o mijikenda, o somali, o galla, o turkana, o árabe); as outras línguas africanas tais como o hausa, o uólofe, o ioruba, o ibo, o zulu, o nyanja, o lingala, o kimbundu; as línguas estrangeiras – estrangeiras à África – como o inglês, o francês, o alemão, o russo, o chinês, o japonês, o português, o espanhol, poderão assim ocupar seu verdadeiro lugar na vida das crianças quenianas. (...)

Mas é justamente quando os escritores querem colocar as línguas africanas a serviço das lutas dos camponeses e operários que encontram os piores obstáculos. Pois, para os regimes compradores, o inimigo verdadeiro é um camponato e uma classe operária esclarecidos. Um escritor que quer comunicar uma mensagem de união e de esperança revolucionária nas línguas do povo torna-se um personagem subversivo. (...) A participação democrática do povo à transformação de suas condições de vida, a um debate sobre suas condições de vida que aconteceria em línguas a favor de uma compreensão recíproca, é vista como um perigo para o governo e as instituições do país. Desde que elas veiculem uma mensagem relacionada diretamente com a vida do povo, as línguas africanas tornam-se inimigas do Estado neocolonial.

4. Considerações finais

A experiência do exílio não deixa opção para Ngugi a não ser traduzir-se do kikuyu para o inglês norte-americano. Se, como já mencionávamos ao longo deste trabalho que a esse ato está atrelada a sobrevivência do autor, Maria Alice Gonçalves Antunes, em *Self-translation and exile: a study of the cases of Ngugi wa Thiong'o and Ariel Dorfman* (2018), vê nessa postura uma agenda política evidente. Ao se autotraduzir, ou seja, trasladar seus próprios escritos, Ngugi estaria recriando um novo original a partir do modelo do antigo (ANTUNES, p. 132), produzindo um novo tipo de leitorado. Se não dá para questionar aqui a fidelidade do autor, conseqüentemente, não se pode avaliar a fidelidade do original. Uma vez que é fruto de “uma” representação do autor de um cenário, portanto, nunca é acabado. Por isso, segundo Ortega y Gasset,

Um ser que não fosse capaz de renunciar a dizer muitas coisas, seria incapaz de falar. E cada língua é uma equação diferente entre manifestações e silêncios. Cada povo cala algumas coisas para poder dizer outras. Porque tudo seria indizível. Daí a enorme dificuldade da tradução: nela se trata de dizer em um idioma precisamente o que este idioma tende a silenciar (ORTEGA Y GASSET *apud* FRANCHETTO, 2012, p. 53).

Assim tangenciava Bruna Franchetto para a conclusão do seu trabalho entre a melancolia após o instigante exercício de pesquisar e traduzir algumas narrativas e cantos *kuikuro*. Ela espera, ao que nos parece, que a exposição dessas narrativas mexa com as estruturas existentes no sentido de quebrar certos horizontes e possibilitar novas entradas. O mesmo se observa em Ngugi à luz do depoimento que acabamos de percorrer, onde, embora denuncie as atitudes dos regimes e governos, convida ao mesmo tempo os literatos e/ou escritores a repensarem, além da língua de escrita, a própria missão da literatura. Jean-Marie Adiaffi deixou claro em *La Carte d'Identité* (1980), que não serve para nada o intelectual que não estiver a serviço do seu povo, que não for parte desse povo. Pudemos também perceber neste excerto de Ortega y Gasset, ainda que tacitamente, a responsabilidade do tradutor de revelar o que nem sempre os autores têm a possibilidade de dizer *por completo*. Devemos ou podemos, a isso, nos referir como o tal espírito do original?

REFERÊNCIAS

ADIAFFI, Jean-Marie. *La Carte d'identité*. Abidjan : CEDA, 1980.

ANTUNES, Maria Alice Gonçalves. 'Autotradução e exílio: um estudo dos casos de Ngugi Wa Thiong'o e Ariel Dorfman.' *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 127-145, jan. 2018.

BANDIA, Paul. 'Post-colonial literatures and translation'. *Handbook of Translation Studies*. Yves Gambier e Luc van Doorslaer (Eds.) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, volume 1, 2010.

BASSNETT, Susan & TRIVEDI, Harish. (Eds.) *Post-colonial Translation: Theory and Practice*. London and New York: Routledge, 1999

FRANCHETTO, Bruna. ‘Línguas ameríndias: modos e caminhos da tradução’. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 2, n. 30, p. 35-62, out. 2012.

HIBBARD, Allen. ‘Paul Bowles: Translating from Tangier.’ *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 19-35, jan. 2018.

N'GANA, Yéo. ‘Entrevista com Ngũgĩ Wa Thiong’o’. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 261-268, jan. 2018.

_____. “Calços e percalços na área de Babel: esboço de uma antropologia da textualidade”. *Translatio*. Porto Alegre, n. 13, Junho de 2017 [Tradução e Diásporas Negras].

OMARI, Cuthbert K. ‘Writing in African Languages: Towards The Development of A Sociology of Literature’. *Présence Africaine*. Nouvelle série, no. 133/134, 1985, p. 19-27.

ONG, Walter J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. London: Routledge, 2002.

THIONG’O, Ngugi Wa. ‘Décoloniser l’esprit.’ *Le Monde Diplomatique*. Paris, Agosto de 1987. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/1987/08/A/40236>>.

Data de envio: 13-03-2018

Data de aprovação: 02-10-2018

Data de publicação: 17-12-2018